

DESIGUALDADE DE RAÇA E GÊNERO NO ENSINO SUPERIOR: ANÁLISE DA EQUIDADE A PARTIR DO PERFIL DO ALUNO

RACE AND GENDER INEQUALITY IN HIGHER EDUCATION: ANALYSIS OF EQUITY FROM THE STUDENT'S PROFILE

Daniela do Carmo Kabengele 1
Edivan Claudino Soares da Silva 2

Resumo: O presente estudo traz um panorama do recorte de raça e gênero no ensino superior a partir da Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) do ano 2018. Nesse sentido, objetivou-se analisar disposições quanto raça e gênero no ensino superior entre os anos de 1996 e 2018, período de realização da primeira e da última pesquisa. A pesquisa foi realizada por meio de um estudo bibliográfico, além de um estudo em documentos oficiais. Percebeu-se que as mulheres são maioria no ensino superior desde a primeira pesquisa realizada no ano de 1996 e que os brancos foram maioria no ensino superior até meados da década de 2000.

Palavras-chave: Ações Afirmativas. Ensino Superior. Desigualdade.

Abstract: The present study provides an overview of the cut of race and gender in higher education from the National Survey of Socioeconomic and Cultural Profile of undergraduate students from Federal Institutions of Higher Education (IFES), conducted by the National Association of Directors of Federal Institutions of Higher Education (Andifes) of the year 2018. In this sense, the objective was to analyze provisions regarding race and gender in higher education between the years 1996 and 2018, the period of the first and the last research. The research was carried out through a bibliographic study, in addition to a study in official documents. It was clear that women are the majority in higher education since the first survey conducted in 1996 and that whites were the majority in higher education until the mid-2000s.

Keywords: Affirmative Actions. University Education. Inequality.

Doutora em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas no Centro Universitário Tiradentes (UNIT/AL). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9179810811211982>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7267-0044>.
E-mail: danieladecarmo@gmail.com

Doutorando em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas pelo Centro Universitário Tiradentes (UNIT/ALO). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Pedagogo da Pró-Reitoria Estudantil/UFAL. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9958714968184801>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0500-8568>.
E-mail: edivanclaudino@gmail.com

Introdução

A desigualdade no Brasil é um fenômeno histórico e social que precisa ser enfrentado e que perpassa diferentes segmentos da sociedade, resvalando em preconceito, exclusão social e pobreza.

Estas desigualdades estão presentes desde o processo de colonização/invasão do Brasil, no qual o colonizador/invasor criava relações de dominação e poder junto aos povos que habitavam o nosso país e acentuou-se com processo de escravização, primeiro dos indígenas e depois dos negros Africanos trazidos por meio do tráfico negreiro.

Tais desigualdades persistem até os dias atuais e têm um encadeamento com as relações de poder, no qual o opressor, considera-se o superior que terá os benefícios e o oprimido ficará à margem, o que evidencia uma associação com a injustiça que pode ser percebida em categorias como raça, gênero, renda, acesso aos serviços públicos, participação na política, dentre outros. A negação desses direitos ao sujeito contribui para a persistência da desigualdade social.

Ao tratar de desigualdade social, Barata (2009) afirma estar se referindo a “situações que implicam algum grau de injustiça, isto é, diferenças que são injustas porque estão associadas a características sociais que sistematicamente colocam alguns grupos em desvantagem com relação à oportunidade de ser e se manter sadio” (BARATA, 2009, p.12).

Com relação às desigualdades percebidas na educação e nos mais altos níveis de ensino, Sepúlveda e Lopes (2012) mostram que essas “estão relacionadas a um sistema de manutenção de privilégios no qual certos grupos detêm vantagem na apropriação desse recurso em detrimento de outros” (SEPÚLVEDA; LOPES, 2012, p.03). As autoras afirmam que um sistema que busca manter o privilégio do acesso ao ensino superior, deixa evidente as relações de poder presentes no acesso a esse nível de ensino.

A desigualdade social na educação poderá ocorrer em decorrência da discriminação racial. Ferreira (2019) discute que a desigualdade proveniente da discriminação racial irá transcorrer pelos distintos espaços da sociedade, porém na educação, independentemente do nível em que esteja se tratando, a autora assevera que “a restrição do acesso à educação em todos os seus níveis é, especialmente, perversa tendo em vista que o acesso ao ensino formal e de qualidade é o principal meio de emancipação dos cidadãos” (FERREIRA, 2019, p.03).

Como apontado pela autora, as desigualdades que restringem o acesso do direito à educação, independentemente do nível, estão retirando as possibilidades de emancipação social e cultural do indivíduo, e ainda estão negando um direito constitucional.

Essas desigualdades se dão em razão da classe social, do grupo racial e do sistema sexo/gênero em diferentes segmentos da educação, porém, são mais perceptíveis no ensino superior, em razão de uma posição social historicamente ocupada pela classe dominante em função de seu capital econômico e cultural.

Neste sentido, este estudo analisou possíveis desigualdades de raça e gênero no ensino superior entre os anos de 1996 e 2018, período de realização da primeira e da última pesquisa.

O estudo é de caráter qualitativo e foi realizado por meio de um estudo bibliográfico da literatura específica da área, além de um estudo documental com a exploração de documentos oficiais, como a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018 e o Censo da Educação Superior 2018.

O estudo está dividido em três seções: Na primeira, descreve o que é a Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES; na segunda, traz a discussão sobre a categoria sexo dos estudantes pesquisados e, na terceira, discute a categoria raça/cor.

Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES (1996 - 2018)

A Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos graduandos das IFES é um trabalho realizado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e conta com a contribuição do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace).

O estudo começou a ser realizado no ano de 1996 e, de acordo com a Andifes (2016), tem como objetivo buscar ações para qualificação da heterogeneidade presente entre os discentes do ensino superior, para que assim possa contribuir na formulação de “políticas de equidade e outras ações no âmbito das nossas universidades, que garantam a permanência e viabilizem o sucesso dos estudantes no ensino superior” (ANDIFES, 2016, p.11).

Observa-se que o estudo da Andifes (2016) busca apresentar e qualificar o processo de heterogeneidade do espaço universitário e ainda servirá como parâmetro para avaliar se as políticas educacionais que buscam equidade no ensino superior estão gerando resultados satisfatórios.

O estudo realizado através da pesquisa da Andifes opera com variáveis como sexo, faixa etária, renda mensal familiar per capita, raça, natureza administrativa da escola na qual cursou o ensino médio, região geográfica de estudo, e forma de ingresso no ensino superior. Porém, neste estudo, realizou-se um recorte das categorias sexo e raça para buscar compreender se a interseccionalidade entre essas categorias geram desigualdades, uma vez que mulheres e negros são categorias historicamente oprimidas.

Análise das categorias sexo presente na Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES (1996 - 2018)

Na Tabela 1, percebe-se uma série temporal na categoria sexo dos estudantes matriculados nas IFES.

Tabela 1. Sexo dos (as) estudantes das IFES – 1996 a 2018 (%)

Sexo	Pesquisa	1996	2003	2010	2014	2018
Feminino	IFES	51,4	53,0	53,5	52,4	54,6
	PNAD/IBGE	51,2	51,2	51,0	51,6	51,1
Masculino	IFES	48,6	47,0	46,5	47,5	45,1
	PNAD/IBGE	48,8	48,8	49,0	48,4	48,9
Sem Declaração					0,2	0,3

Fonte: V Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

A tabela chama a atenção na perspectiva do avanço linear das mulheres no ensino superior com um crescimento de cerca de 3% durante o período apresentado. Todavia, ao observar que o período mostrado acima que cobre o período de 22 anos, percebe-se que o crescimento é incipiente.

Com relação ao ano de 2018, os dados corroboram com o que é apresentado no Censo da Educação Superior 2018, em que o sexo feminino é maioria no ensino superior, tanto na modalidade presencial como na modalidade a distância.

O dado em si pode ser considerado como positivo para a equidade da relação de gênero, no entanto, Sotero (2013) aponta para o fato de que a análise das relações de gênero “deve considerar que não só questões relativas ao acesso à educação são relevantes, mas também um conjunto de aspectos que evidenciam as relações hierárquicas reproduzidas no interior do sistema educacional” (SOTERO, 2013, p. 36).

Colaborando com a autora acima, Lima, Rios e França (2013) dissertam sobre um elemento significativo, mostrando que as mulheres mesmo com desempenho escolar superior aos homens, ainda suportam grandes desafios quanto ao retorno educacional, “seus rendimentos são inferiores aos dos homens, e sua participação nos postos de comando e na condição de proprietárias-empregadoras ainda é restrita” (LIMA; RIOS; FRANÇA, 2013, p. 53).

Os autores mostram que outros aspectos devem ser analisados e considerados para indícios da afirmação de redução como a equidade de privilégios com relação à questão gênero. Sotero (2013) assinala que aspectos como o ingresso na pós-graduação, o acesso a auxílios e bolsas de pesquisas, a introdução na docência, a distribuição, o acesso e a liderança em cargos de chefia, dentre outras ações, buscam a equiparação das desigualdades de gênero na sociedade.

Ainda na discussão sobre a majoritária presença feminina nos cursos de graduação, Lázaro e Montechiare (2014) afirmam que “os dados nacionais sugerem uma aparente equidade de gênero no ambiente acadêmico. Quando vistos em detalhes, revelam a permanência de distinções que evocam a tradicional divisão sexual do trabalho” (LÁZARO; MONTECHIARE, 2014, p 05), ou seja, os dados devem ser analisados sob diferentes óticas.

Na busca de uma leitura para além dos dados quantitativos, Venturini (2017) disserta que as mulheres representam quantitativamente a maioria dos concluintes de cursos de graduação e de pós-graduação *Stricto sensu* (mestrado e doutorado) nas instituições de ensino superior, mas a maior parte dos cargos de docência continuam sendo ocupados por homens.

Outro ponto destacado por Venturini (2017) é que a inserção das mulheres em posições de prestígio e de alto poder decisório e a concessão de bolsas de produtividade em pesquisa também permanecem desproporcionais; ou seja, mesmo com mais mulheres concluindo o ensino superior, o acesso aos equipamentos que irão gerar um maior prestígio social ainda é de predominância masculina.

Com relação ao sexo masculino, é perceptível uma redução de mais 3% no ensino superior, de acordo com a série temporal analisada na pesquisa. Um fato pertinente é que mesmo com essa redução, os homens encontram-se nos melhores postos de trabalho, mantendo a hierarquia do patriarcado.

Análise das categorias raça/cor presente na Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES (1996 - 2018)

A pesquisa do perfil do estudante (2018) realizada pela Andifes traz a categoria cor ou raça na Tabela 2.

Tabela 2. Graduandos (as) e população brasileira segundo cor ou raça – 1996 a 2018 (%)

Cor ou raça	Pesquisa	1996	2003	2010	2014	2018
Amarela	IFES	-	4,5	3,1	2,3	2,1
	PNAD/IBGE	0,4	0,4	1,1	0,5	0,4
Branca	IFES	-	59,4	53,9	45,7	43,3
	PNAD/IBGE	55,2	52,0	47,7	45,5	38,6
Parda	IFES	-	28,3	32,1	37,8	39,2
	PNAD/IBGE	38,2	41,5	43,1	45,1	52,5
Preta	IFES	-	5,9	8,7	9,8	12,0

	PNAD/IBGE	6,0	5,9	7,6	8,6	8,1
Indígena	IFES	-	2,0	0,9	0,6	0,9
	PNAD/IBGE	0,2	0,2	0,4	0,4	0,4
Sem declaração	IFES	-	-	-	3,8	2,5
	PNAD/IBGE	-	-	-	-	-

Fonte: V Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Ao analisar a Tabela 2, percebe-se uma predominância de pessoas brancas no ensino superior em meados dos anos 90 e início dos anos 2000. A diminuição de pessoas brancas no nível superior começa a ocorrer, de acordo com a pesquisa, a partir do ano de 2010.

Com relação à população negra (pretos e pardos), somente na pesquisa do ano 2014 é que esse público se tornou maioria no ensino superior, chegando a 47,6% dos estudantes matriculados em cursos superiores públicos federais em 2014 e 51,2% no ano de 2018.

Os números citados corroboram com os dados apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em junho de 2020, que mostra que a população negra conquistou espaço no ensino superior. A pesquisa apresenta ainda que o número de pretos/pardos nas Instituições de Ensino Superior (IES) passou de 31,5% para 45,1% entre os anos de 2009 a 2015.

É possível considerar que esse crescimento do número de negros na universidade que se deu nos anos 2000, seja reflexo de políticas educacionais que previam uma série de ações de expansão do ensino superior que começaram a ser implementadas no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Ações como a implantação do programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) demonstrava que o governo tinha uma concepção de que não bastava apenas ampliar o acesso, eram necessárias ações sobre a questão do ingresso e da permanência dos estudantes no ensino superior, além da implementação das políticas de ações afirmativas e da lei de cotas.

No que diz respeito às ações afirmativas que começaram a ser implantadas para acesso ao ensino superior com objetivo de promover a equidade social, Moehlecke (2004) assevera que “começaram a vigorar que algumas universidades brasileiras surgiram articuladas com movimentos sociais que exigiam maior igualdade e mecanismos mais equitativos no acesso a bens e serviços” (MOEHLECKE, 2004, p.759). Esses movimentos sociais buscavam equidade com relação a gênero, raça e renda, bem como condições de permanência dos estudantes no ensino superior.

As ações afirmativas para acesso ao ensino superior buscavam, de acordo com Santos (2014), a criação de um sistema cotas que reduzisse a desigualdade com relação ao acesso ao ensino superior de estudantes de classes sociais menos favorecidas, e que tinham uma educação básica com lacunas, oriundos de escolas públicas e, em sua maioria, afrodescendentes. Esse perfil é de um público considerado em situação de vulnerabilidade social.

Colaborando com a discussão sobre as ações afirmativas, Ferreira (2019) disserta sobre uma avaliação dessas ações, com intuito de que sejam implementadas para o sujeito de direito, e se vem colaborando para ampliação do número de negros nas IES, além de apontar a necessidade de pesquisas que tragam elementos sobre a implantação das políticas de ações afirmativas no ensino superior.

A autora ainda trata de questões pertinentes para o estudo sobre cotas, que é a formatação dos programas, bem como se realmente permitem o acesso ao sujeito de direito da política, pois em grande parte das IES o acesso às vagas reservadas para negros (pretos/pardos) se dá por meio de autodeclaração.

Sobre a questão da autodeclaração “ela é *conditio sine qua non* para a configuração da

expectativa de direito de concorrência às vagas reservadas e, ao mesmo tempo, para a submissão do candidato à verificação da condição racial autodeclarada” (SANTA; VAZ, 2018, p. 44).

Como é mostrado pelas autoras acima, essa é a condição imprescindível para que o candidato se submeta a uma ação afirmativa que tenha como recorte raça, porém, candidatos que por falta de compreensão da lógica que permeia o programa ou por querer usar de um benefício que não seria seu por direito, ocupavam as vagas reservadas para negros.

Com o intuito de que as vagas destinadas aos cotistas sejam ocupadas pelos sujeitos de direito, o Ministério Público Federal (MPF) recomendou a composição de banca de heteroidentificação, com objetivo de uma avaliação fenotípica dos candidatos.

Nesse sentido, instituições como a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) adotou a recomendação do MPF e no ano de 2020 realizou os procedimentos da seguinte forma:

Os procedimentos de validação da autodeclaração étnico-racial que são realizados por bancas constituídas por membros da Comissão de Heteroidentificação da UFAL tomando como referência o fenótipo negro (preto e pardo) dos/as candidatos/as (conjunto de características físicas, predominantemente, a cor da pele, a textura do cabelo, o formato do rosto etc.) (UFAL, 2020, p. 01).

Um fator que chama a atenção na questão para inserção das bancas de heteroidentificação é o fato de ser um mecanismo para a validação de uma política pública, que é a da lei de cotas, ou seja, é necessário um dispositivo de controle para que uma política que vise a equidade de raça no ensino superior seja efetivado, buscando amenizar a desigualdade de raça nessa esfera de ensino.

Outro fator a ser destacado é que mesmo os dados apresentados mostrando que os negros hoje são maioria no ensino superior, é necessário saber que espaço esses sujeitos ocupam na Universidade. Estão nos cursos de prestígio social? Estão inseridos na pesquisa científica? O acesso está garantido? E a permanência? Pois mesmo com a expansão do ensino superior para população negra, Sotero (2013) afirma que ainda é possível ver a manutenção de privilégios “pois as mais altas instituições escolares e, em particular, aquelas que conduzem às posições de poder econômico e político, continuam sendo exclusivas como foram no passado” (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 1998, p. 223 apud SOTERO, 2013, p. 43).

A partir dos dados trazidos ainda é possível observar que Sotero (2013) aponta que apenas a taxa de escolaridade não será satisfatória para o desagravo da desigualdade de raça persistente no ensino Superior, pois devem ser consideradas outras variáveis, outras características do grupo, para assim ter uma explicação mais condizente com a realidade.

Mesmo os dados não sendo específicos pelas características elencadas pela autora, há indícios de iniciativas, ações e políticas públicas que estão no sentido de colaborar para a diminuição das desigualdades na educação.

Considerações Finais

Com o estudo, constatou-se que as desigualdades de gênero no ensino superior vêm sendo superada há alguns anos, todavia, o estudo trata apenas do sentido quantitativo, constando que as mulheres são maioria no ensino superior. O estudo não correlaciona com outras categorias do grupo de mulheres como a questão racial, socioeconômica, dentre outras.

Uma reflexão que fica é que com mais mulheres no ensino superior espera-se que nos próximos anos espaços de liderança e de tomada de decisões, espaços na pesquisa científica e no mundo político sejam ocupados por essas mulheres.

Ao tratar do recorte cor/raça, o estudo evidencia que o número de pretos e pardos no ensino superior vem crescendo devido à inserção de políticas educacionais de ações afirmativas na última década. O fato pode se dar também pela autoidentificação do estudante enquanto negro, que vem ocorrendo em função do maior acesso à informação, a políticas de ação afirmativa, e aos movimentos sociais que por sua vez manifestam seu posicionamento

crítico em diferentes aspectos da sociedade que naturalizam o racismo.

Com o estudo pode-se afirmar que a Pesquisa Nacional de Perfil dos Discentes das Instituições Federais de Ensino Superior revela que a universidade está cada vez mais feminina e negra, essa evidência poderia ser motivo de comemoração, mas deixa-se uma reflexão se os dados presentes no estudo garantem de fato e direito a equidade da desigualdade da mulher e do negro no ensino superior e se está garantida a inclusão social dessas categorias nos diversos espaços da sociedade.

Referências

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). **IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos estudantes de graduação das IFES**. 2016. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduando-das-IFES_2014.pdf. Acesso em: 03 dez. 2020.

_____. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES**. 2019. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/v-pesquisa-nacional-de-perfil-socio-economico-e-cultural-dos-as-graduandos-as-das-ifes-2018/>. Acesso em: 03 dez. 2020.

BARATA, R. B. **Como e Por Que as Desigualdades Sociais Fazem Mal à Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009. 120 p. (Coleção Temas em Saúde)

FERREIRA, N. T. Como o acesso à educação desmonta o mito da democracia racial. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.27, n.104, p. 476-498, jul./set. 2019.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). **População negra conquista espaço no ensino superior**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35896 Acesso em: 01 dez. 2020.

LÁZARO, A; MONTECHIARES, R. Presença das mulheres na educação superior: conquistas e desigualdade persistente. In: BARRETO, A. **Cadernos do GEA**. n.6 (jul./dez. 2014). Rio de Janeiro: FLACSO, 2012- v.

LIMA, M; RIOS, F; FRANÇA, D. Articulando Gênero e raça: a participação das mulheres no mercado de trabalho (1995-2009). In: **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil** / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.]. Brasília: Ipea, 2013, pp. 35-52.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior: Resumos técnicos**. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6960488. Acesso em: 30 out. 2020.

_____. **Censo da educação superior 2018**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf. Acesso em: 30 out. 2019.

MOEHLECKE, S. AÇÃO AFIRMATIVA NO ENSINO SUPERIOR: entre a excelência e a justiça racial. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 757-776, Especial - Out. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302004000300006&script=sci_abstract&tIng=pt. Acesso em: 02 dez. 2020

SANTANA, M. L. VAZ, S. As Comissões de Verificação e o direito a (dever de) proteção contra a falsidade de autodeclarações raciais. In: DIAS, G. R. M. TAVARES JUNIOR, P. R. F. (Org.) **Hetero-identificação e cotas raciais: dúvidas, metodologias e procedimentos**. Canoas: IFRS Campus Canoas, 2018.p. 32-79.

SANTOS, M. M. **Implementação das políticas de ações afirmativas no contexto da UFAL: estudo de caso de 2005 a 2006.** 2014. 93 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Alagoas, 2014.

SEPULVEDA, B. T.; LOPES, B. C. Desigualdades raciais e ações afirmativas: o preto no branco na universidade brasileira. **Cadernos Imbondeiro.** João Pessoa, v.2, n.1, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ci/article/download/14169/8811/>. Acesso em: 03 dez. 2020.

SOTERO, E. C. Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro: algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo. In: **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil** / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.]. Brasília: Ipea, 2013, pp. 35-52.

UFAL. **EDITAL Nº 15/2020, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020** Edital de Convocação dos/as candidatos/as autodeclarados/as negros/as (pretos/as ou pardos/as) – SiSU/MEC 2020.1 – Primeira convocação. Disponível em: <http://www.copeve.ufal.br/sistema/anexos/Processo%20Seletivo%20UFAL%202020%20-%20SiSU%202020.1/Edital%20N%2015.2020-%20Convocacao%20para%20Banca%20de%20Heteroidentificacao%20-%20SiSU%202020.1%20-%20Retif.%202.3.2020.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2020.

VENTURINI, A. C. A presença das mulheres nas universidades brasileiras: um panorama de desigualdade. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13th Women's Worlds Congress. **Anais Eletrônicos.** Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1500230828_ARQUIVO_AnnaCarolinaVenturini_Texto_completo_MM_FG.pdf. Acesso em: 23 mar. 2021.

Recebido em 25 de abril de 2021.

Aceito em 20 de agosto de 2021.